

Editorial

O número 14 da Revista *Cidades: Comunidades e Territórios* aborda, como é costume, um número diversificado de assuntos, todos eles relacionadas com as formas de viver em conjunto nas cidades.

Se há algum tema dominante é o da abordagem da sempre enigmática comunidade cigana, glosada em múltiplas dimensões em três dos artigos que visam sobretudo desconstruir alguns dos estereótipos mais comuns: Alain Reyniers interroga a mobilidade desta população, Anne Gotman analisa as incongruências e os efeitos perversos das leis de miscenização das cidades e Ana Cardoso e Heloísa Perista contam-nos como se processa o *empowerment* num projecto em que os autores são, eles próprios, ciganos.

O artigo de Alain Reyniers, de uma forma sucinta, e no sentido de contornar alguns dos estereótipos associados à mobilidade da população cigana, vem lembrar como a história dos ciganos está ligada a uma série de movimentos migratórios e a formas de implantação em territórios já ocupados por não ciganos. É pela adaptação às situações criadas pelo reencontro com estes que os ciganos manifestam diversidades e especificidades nas relações com o espaço. Através das noções de migração, mobilidade e territorialidade, o autor procura caracterizar estas relações, enfatizando que os ciganos não são “grupos errantes”. Assim, identifica cinco principais movimentos migratórios desde o século XII, para demonstrar que o nomadismo e a mobilidade são de uma natureza diferente. O nomadismo constitui uma “forma particular de exploração de recursos disponíveis num território e apoia-se na circulação de indivíduos no seio de entidades sociais que organizam o acesso a esta exploração”, ao passo que a mobilidade pode apresentar contornos muito variáveis (itinerância colectiva na longa duração; estabilidade residencial, mas circulação de carácter familiar e económica; deslocação residencial, mas com clientela certa; estabilidade residencial e económica, mas visitas frequentes de parentes). É nos interstícios deixados livres pelos *Gadjè* que aparece o território cigano. Seguindo modos de vida

próprios, são vários, e de importância variada, os pólos de atracção do território, sendo este visto como um “percurso sempre em formação, sempre renegociado no seio das comunidades e com os *Gadjè*”. A inserção no território de polarização ou num território de percurso está ligada a formas particulares de exploração de recursos, à extensão da rede familiar e a predisposições psicológicas.

Anne Gotman retoma no seu artigo a temática da hospitalidade, que iniciou há mais de dez anos no âmbito de um programa de investigação do Plan Urbanisme, Architecture et Urbanisme. Este Programa surgia após a aprovação de uma lei que pressuponha pôr em prática acções de *mixité* urbana e questionava a possibilidade de impor pela lei uma verdadeira *mixité*, assente no respeito pelo outro, se não existisse a nenhum outro nível um sentimento de hospitalidade em que fosse possível sustentar a acção pública. Assim, a autora retoma algumas das reflexões desenvolvidas referindo que a hospitalidade, sendo um valor universal, tende a ser preterido a favor do direito, menos aleatório e mais igualitário. A ambivalência da hospitalidade pública surge da necessidade simultânea de protecção do estrangeiro e da entidade que o acolhe e é neste sentido que os Estados e as entidades territoriais se reclamam do direito. A autora vai ilustrar esta ambivalência da hospitalidade recorrendo à legislação francesa sobre o acolhimento dos “gens du voyage” que prescreve aos municípios com mais de 5000 habitantes a obrigação de se equiparem com áreas de acolhimento, procurando demonstrar as consequências de uma legislação que se pretendia protectora de um grupo social. Começa por explicitar de que forma estes ciganos franceses se constituíram como um grupo com necessidades específicas, através das iniciativas de poderes públicos e de vários cidadãos confrontados com o estacionamento de caravanas nos municípios e com a insuficiência de meios jurídicos para proceder à sua expulsão, sem se mencionar explicitamente os aspectos identitários que constituem a sua alteridade.

Anne Gotman procura demonstrar que, desde a introdução em 1990 da Lei sobre o Direito ao

Alojamento de um artigo relativo aos “gens du voyage”, se foi progressivamente legitimando e aumentando a assimetria de estatutos entre o hospedeiro e o hóspede. Por um lado, os poderes locais passaram a beneficiar de medidas de expulsão mais eficazes e eficientes desta população, bem como de normas de equipamento e urbanísticas menos exigentes para as áreas de acolhimento face às exigidas para a habitação social. Por outro lado, a caravana nunca chegou a ter um estatuto de habitat e portanto a gozar dos benefícios sociais associados; o proprietário da caravana não tem o estatuto de arrendatário na área de acolhimento, mas apenas um direito de uso e a liberdade de circulação e de permanência restringe-se aos lugares disponíveis e permitidos.

Ana Cardoso e Heloísa Perista dão-nos a conhecer uma experiência concreta de trabalho com população cigana no âmbito do Projecto EQUAL “P’lo Sonho é que Vamos”. Os objectivos deste programa centraram-se, por um lado, em ensaiar respostas para a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar e o percurso escolar de pessoas ciganas e, por outro, em promover o diálogo intercultural entre comunidades ciganas e não ciganas. As autoras alertam para a necessidade de “um olhar plural sobre pessoas e comunidades ciganas” dada a sua heterogeneidade, salientando os graves problemas de integração social, económica, cultural e política, e as formas de pobreza extrema, exclusão e discriminação de que ainda são alvo. Ficamos assim a conhecer de que forma um conjunto de entidades parceiras, onde se inclui a AMUCIP (Associação para o Desenvolvimento de Mulheres e Crianças Ciganas Portuguesas – única associação de mulheres ciganas em Portugal), desenvolveram actividades várias de onde se destaca a adaptação de serviços, nomeadamente na área da saúde, às necessidades das comunidades ciganas. As autoras referem ainda como o envolvimento de formadoras ciganas nas acções desencadeadas se reflectiu no aumento de competências e de autoconfiança destas mulheres, fazendo desconstruir estereótipos e criar proximidades. O processo de promoção *empowerment* individual, colectivo e comunitário induzido pela presença da AMUCIP na parceria é destacado, bem como os desafios que o conjunto de entidades envolvidas foram percorrendo.

Outros textos retomam temas vários com grande impacte na discussão sobre as cidades na actualidade: João Seixas retoma a questão da governança, agora articulada ao capital social; Margarida Perestrelo reflecte sobre as formas de conhecimento prospectivo e as dinâmicas de actores nas dinâmicas urbanas; e Isabel Pato e Silva e Dominique Crozat repensam as representações sobre a cidade, numa versão bem mais complexa do que as que eram equacionadas no paradigma anterior.

João Seixas aprofunda a problemática da gestão da cidade, tentando um casamento feliz entre o conceito de governança urbana e o de capital social. A tese do artigo é de que a governança urbana não é um mero conceito teórico que convoca todos os actores para a mesa da decisão sobre a cidade, é um conceito que obriga a profundas transformações da organização, da eficácia e da participação na gestão da cidade.

Apoiando-se em Gomes (2003), propõe quatro categorias concretas de racionalidade, a serem seguidas numa paisagem política de boa governança: uma racionalidade substantiva – produto do conhecimento, que consolida uma visão estratégica partilhada; uma racionalidade estrutural – referente às estruturas dos processos de decisão e da articulação de competências; uma racionalidade de procedimentos – que define os processos no jogo entre os actores, e uma racionalidade avaliativa – assente em critérios de avaliação de resultados.

Defendendo que a cidade não é uma mera objectivação material da vida em sociedade mas é, ela também, produtora de sociedade, introduz o conceito de capital social como “combinação de elementos-chave presentes na sociedade civil: confiança, expectativas, normas de reciprocidade, laços e redes de comunicação e de relacionamento” como factor chave. O reforço do capital social seria, assim, o objectivo último da governança urbana pois é ele que garante que podemos viver juntos. Nesse sentido, sistematiza seis dimensões pelas quais se poderão estruturar os elementos de consolidação do capital social na cidade.

Margarida Perestrelo retoma, noutro registo, a problemática da gestão urbana, agora abordada do ponto de vista da análise prospectiva e da

estratégia de actores. Reconhecendo o campo do planeamento como um campo estratégico de construção da acção colectiva e de reforço da democracia participativa, interroga-se sobre as formas da sua concretização face a uma tão grande diversidade de interesses e desigual distribuição do poder. A autora propõe também uma reflexão sobre o papel do investigador/cientista/analista, “que passa pela definição de regras claras e de uma deontologia do investigador/cientista/analista (...) essenciais para evitar o fracasso e a transformação de planeamento participativo em manipulação”.

O artigo de Isabel Pato e Silva e Dominique Crozat centra-se numa temática bastante abandonada na análise do urbano, que é a “representação do espaço”. Há muito que sentíamos falta de uma actualização desta problemática iniciada por David Lynch e por Raymond Ledrut que nos tem impedido pesquisas mais fecundas e mais complexas. Os autores actualizam a problemática a partir da introdução do conceito de “performatividade” numa abordagem que cruza “uma visão activa de cultura ligada a práticas concretas imbricadas numa rede de significados e de relações de poder”. De forma profunda, mas ainda com algumas lacunas de acabamento do conceito e da proposta empírica que dele decorre, Pato e Crozat pretendem seguir interpretações interactivas e dinâmicas, baseadas numa compreensão de relações complexas de dominação e/ou de reapropriação que caracterizam a sociedade contemporânea apoiando-se em vários actores nomeadamente em Giddens, Butler e Althusser.

A proposta é difícil pois significa articular o sentido e as práticas, as estruturas fixas e a acção colectiva, o discurso e o não lugar, numa produção de sentido que sistematiza em simultâneo a identidade dos lugares e a diversidade das suas interpretações pelos viventes. As autores, dão alguns exemplos que podem ser muito significativos

para aqueles, que, na variedade de exploração deste objecto, se preocupam sobre o que a cidade nos quer dizer.

O editorial chama uma atenção particular para o ensaio de responsabilidade de Pierre Guibentif. Este autor pretende refundar o conceito de “quadro teórico” considerando-o profundamente “teórico” e profundamente “aplicável”. Fáz-lo a partir da reflexão sobre uma pesquisa para a sociologia do direito, colocando em diálogo quatro autores: Niklas Luhmann, Pierre Bourdieu, Jurgen Habermas, Michel Foucault (como o apoio de muitos outros).

Aprofunda os dois aspectos distintos de análise que identifica: o “agir”, aspecto das forças, dos movimentos, dos sujeitos, dos conflitos e as “instâncias”, aspecto dos funcionamentos, dos gestos coordenados.

A partir de uma reflexão aprofundada da abordagem destes autores, não defende uma metodologia “comparativa” de referências ou a construção de novos paradigmas teóricos mas tão só (?) aproveitar exaustivamente os seus contributos situando os “conceitos numa problemática ampla, ligada às problemáticas específicas das teorias comparadas, sem que o pensamento do investigador seja directamente condicionado por estas teorias”. O ensaio termina com a apresentação das consequências deste entendimento para uma investigação empírica, quer dizer, para a “a construção do quadro teórico” em sociologia do direito.

Este número da Revista *Cidades* conta ainda com a recensão crítica de Alda Gonçalves sobre o livro de Isabel Guerra (2006), *Participação e Acção Colectiva, Interesses, Conflitos e Consensos*, Ed. Principia, S. João do Estoril e com um dossier documental realizado pela Margarida Perestrelo sobre as metodologias de Análise Prospectiva.

Alexandra Castro
Isabel Guerra